RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 055/2008

O Egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, em Sessão Administrativa realizada em 19/06/2008, sob a Presidência de Sua Excelência a Senhora Juíza ANA CLARA DE JESUS MAROJA NÓBREGA, com a presença da Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, na pessoa de Sua Excelência a Senhora Procuradora FRANCISCA HELENA DUARTE CAMELO, presentes Suas Excelências os Senhores Juízes EDVALDO DE ANDRADE, VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO, ANA MARIA FERREIRA MADRUGA, AFRÂNIO NEVES DE MELO e PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO, apreciando o Processo TRT NU 00098.2008.000.13.00-0, em que é requerente Sua Excelência o Senhor Juiz Rômulo Tinoco dos Santos, RESOLVEU, por unanimidade de votos, aprovar as mudanças na regulamentação de Férias dos Servidores deste E. Tribunal, nos seguintes termos:

Art. 1º Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 9º e 13 da Resolução Administrativa nº 134, de 14 de junho de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

§ 1º

§ 2º

§ 3º. Ao servidor que tenha férias trazidas de outro órgão ou entidade da Administração Pública não será exigida, para a aquisição do direito, a implementação do tempo previsto no parágrafo anterior, sendo vedado o gozo de mais de um período de férias no mesmo exercício.

§ 4º

§ 5º

§ 6º Na hipótese de parcelamento das férias deve ser observado um interstício mínimo de 15 (quinze) dias entre o término de um período e o início de outro.

Art. 2º

§ 1º Todos os servidores, obrigatoriamente, inclusive requisitados, deverão fazer constar na Escala de Férias, o período de utilização no exercício correspondente.

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º. É facultado ao servidor, na hipótese de fracionamento das férias, marcar apenas uma etapa, ficando as seguintes para serem marcadas em época oportuna, com anuência do superior imediato.

§ 6º. Na hipótese do parágrafo anterior, a marcação do período de fruição da segunda e/ou terceira parcelas de férias deverá ocorrer até o dia 31 de agosto, ficando a chefia imediata incumbida de solicitar tal marcação, no caso de omissão do servidor, observado em qualquer situação o disposto nesta Resolução.

Art. 3º Os dirigentes das unidades administrativas e judiciárias deverão providenciar o aprazamento, por meio eletrônico (Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos MENTORH), do período de férias integral e/ou da primeira etapa de férias fracionadas dos servidores subordinados, até o dia 15 de novembro de cada ano, cabendo a Secretaria de Recursos Humanos submeter a Escala de Férias a homologação da Presidência do Tribunal.

§ 1º. As férias, uma vez incluídas em escala, à exceção da segunda ou terceira etapas, somente serão alteradas pela Presidência do Tribunal, mediante expediente do superior imediato do servidor, em virtude da necessidade de serviço, ou a pedido do próprio servidor, com a anuência daquele.

§ 2º. Os pedidos de alteração dos períodos de férias a que se refere o parágrafo anterior somente serão aceitos se protocolizados com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, contados:

I - Da nova data que se pretende a utilização, caso a hipótese seja de antecipação do usufruto das férias;

II - Do termo inicial de usufruto das mesmas, nos casos de adiamento do período de férias anteriormente aprazadas em Escala.

§ 3º. A alteração do período de férias integral ou da primeira etapa de férias parceladas implica a suspensão do pagamento das vantagens pecuniárias previstas no artigo 5º.

§ 4º Caso já tenha recebido as vantagens pecuniárias referidas no parágrafo anterior, o servidor deverá devolvê-las integralmente, no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data do conhecimento da alteração do período de fruição das férias, ressalvados os casos em que:

I - a alteração das férias ocorreu por necessidade de serviço;

II - se tratar de interrupção do gozo de férias;

III - o novo período estiver compreendido no mesmo mês, ou até no mês subsequente, do apazado inicialmente.

§ 5º. Independentemente do prazo acima estabelecido, o servidor com férias marcadas para usufruto em período coincidente com os trabalhos da comissão de sindicância, do processo administrativo disciplinar ou da tomada de contas especial, para que tiver sido designado, terá suas férias remarcadas para o período posterior ao término dos trabalhos, incluindo-se o período de prorrogação.

Art. 4º A marcação e alteração pelo servidor da segunda e terceira etapas de férias será realizada por meio eletrônico (Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos MENTORH) com anuência do superior imediato.

Art. 9º.....

§1º.....

§ 2º.....

§ 3º A concessão do período de férias dos servidores a que se refere o caput deste artigo deverá ser efetivada mediante requerimento do mesmo dirigido a Presidência do Tribunal com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência e constando a anuência da chefia imediata.

Art. 13. O presente regulamento aplica-se, subsidiariamente, aos magistrados desta Região, no que couber.

Art. 2º Enquanto não forem efetivados os ajustes no Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos - MENTORH para permitir a alteração da segunda e terceira etapas de férias de forma eletrônica, esta deverá ser processada pela Presidência do Tribunal, mediante expediente do superior imediato do servidor, em virtude de necessidade de serviço ou a pedido do próprio servidor, com anuência daquele, e antecedência mínima de quinze dias, contados conforme o disposto nos incisos I e II do § 2º do art. 3º desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Obs.: Convocado Sua Excelência o Senhor Juiz Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho, nos termos do Artigo 28 do Regimento Interno. Ausentes Suas Excelências os Senhores Juízes Francisco de Assis Carvalho e Silva, em licença médica, e Carlos Coelho de Miranda Freire, em

gozo de saldo de férias.

VLADIMIR AZEVEDO DE MELLO

Secretário do Tribunal Pleno